

Relações de gênero na luta pela terra: narrativas femininas do Assentamento 16 de Março (Pontão-RS)

RESUMO

Na prática de história oral com 14 casais de agricultores do Assentamento 16 de Março que compartilharam o "*tempo de acampamento*" e a "*vida na terra conquistada*", privilegia-se as narrativas femininas para, na interseção teórica entre memória e gênero, investigar as relações entre a construção das narrativas biográficas e a produção da identidade subjetiva do gênero feminino.

Palavras-chave: gênero; MST; assentamentos rurais.

A prática da história oral

As narrativas analisadas foram produzidas a partir do projeto de pesquisa que resultou na tese de doutorado "*A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder*" (CAUME, 2002). O Assentamento 16 de Março, produto do processo de ocupação da antiga Fazenda Annoni em outubro de 1985, foi escolhido como objeto do estudo de caso por constituir exemplo paradigmático de um assentamento idealizado pela intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A decisão de realizar o trabalho de campo em conjunto pelos dois pesquisadores foi orientada pela percepção de que existem diferenciações de gênero na construção da memória, visto que as histórias vividas e narradas são marcadas por sistemas de representações, valores e práticas que são produto da internalização das construções históricas e sociais dos gêneros masculino e feminino que dão significado aos modos de ser, perceber e estar no mundo (PERROT, 1998). Com o objetivo de investigar a interseção teórica entre memória e gênero, entrevistamos 14 casais de agricultores. Em sessões temporalmente simultâneas e espacialmente distintas, o pesquisador entrevistou os homens, e a pesquisadora, as mulheres assentadas.

As múltiplas histórias de vida desses agricultores não são aqui consideradas como reproduções do vivido, mas como construções da história individual e coletiva a partir do presente. A análise dos depoimentos revela, portanto, tan-

to a tessitura de identidades quanto o rearranjo e a reapropriação dos diferentes discursos normatizadores que incidiram e incidem na vida do assentamento, conformando determinada memória da luta pela terra (CAUME, 2003).

Na trama desse artigo, desejamos perscrutar preferencialmente as narrativas femininas para compor cartografias que nos aproximem da multiplicidade de experiências das mulheres que vivem no Assentamento 16 de Março.

Narrativas individuais, trajetórias familiares

Diante da questão inicial proposta às depoentes, para que estas contassem sua história de vida, reproduziu-se um padrão: a autobiografia foi construída enquanto memória familiar. Nas narrativas, os eixos que organizam a trajetória - a infância, o casamento como marco de instituição da sua própria família, a decisão de acampar como estratégia de reprodução familiar, o "tempo do acampamento" e a vida de assentado - são estabelecidos a partir dos papéis vivenciados na família.

Em outras palavras, na reconfiguração da própria vida, a memória delineia uma identidade de gênero, fundamentada na associação do feminino com a família, a maternidade e o trabalho doméstico. As narrativas representam experiências de si, histórica e culturalmente construídas pelo entrecruzamento dos discursos e práticas que regulam comportamentos, definem as verdades e formas de subjetividade a partir das quais essas mulheres foram se constituindo.

Ao estabelecer uma continuidade entre a história dos pais e sua própria

história, as mulheres mencionam o casamento, realizado geralmente com um vizinho ou membro da "comunidade", e delinham trajetórias de trabalho:

"Depois, logo que a gente começou a namorar, e casou e tal. Aí então a gente começou... plantava um pouco lá no pai, um pouco a gente plantava na terra que o sogro dava... mas era difícil... as caminhadas, era longe! Então, as vez nós prá chegá no trabalho nós levava quase uma hora. Porque era longe o lugar de onde nós trabalhava e de onde nós morava. Então sempre assim. Plantava o que dava. As vez dava em meia, dava em sucia, mas sempre ia fazendo. (...) A gente não tinha nada, praticamente dependia dos outros". (Sônia)

Nesse depoimento, exemplar entre outros, se percebe que o casamento materializou o desejo de continuar a trajetória social do núcleo familiar de origem, organizado em torno do trabalho agrícola. No entanto, filhos de pequenos proprietários fundiários sulistas que vivenciavam a precarização das condições sociais de existência a partir da década de 1970, decorrentes da "modernização conservadora" da agricultura brasileira, viram-se diante da impossibilidade de contar com a herança de um patrimônio fundiário capaz de viabilizar a constituição de um novo núcleo familiar. As dificuldades enfrentadas como meeiros ou trabalhadores assalariados do campo também alimentavam o desejo de trilhar novas trajetórias de vida e outras estratégias de reprodução social.

A decisão de se engajar na luta pela terra é atribuída ao desejo de obter a propriedade fundiária para, através do trabalho, garantir a reprodução da família. Nos relatos femininos e masculinos, tal alternativa não resultou de iniciativa isolada e nem significou um rompimento com a tradição familiar. Ao contrário, foi construída no interior da própria "comunidade", pelo intenso trabalho desenvolvido por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por sindicalistas ligados

ao incipiente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na construção da memória individual como memória familiar e no delineamento da trajetória de participação na luta pela terra, elementos como a família, o trabalho, a forte presença da Igreja no cotidiano da comunidade e o desejo da propriedade da terra constituem núcleos entrelaçados que delineiam a produção da identidade coletiva do "ser colono" (CAUME, 2002). As mentalidades, disposições e formas de agir que conformam esse determinado habitus de colono se (re)constróem histórica e socialmente na trajetória dos indivíduos e estão em constante e dinâmica (re)produção, susceptíveis às transformações do ambiente social em que estão inseridos os sujeitos e às permanentes ressocializações a que são submetidos (BOURDIEU, 1980).

Perspectivas de gênero e a reconstrução do "tempo do acampamento"

A partir da zero hora da chuvosa madrugada do dia 29 de outubro de 1985, famílias de "colonos sem terra" pertencentes a 32 municípios do norte do Rio Grande do Sul começam a chegar na Fazenda Annoni para formar aquele que foi considerado o maior acampamento de agricultores sem terra até então realizado no país.

"Daí, quando viemo, mas Nossa do Céu, que coisa mais linda do mundo! Tu sabe o que era 2.500 família quando nós chegemo aqui na Fazenda Annoni. Era madrugada alta, entremo, virou madrugada, ninguém dormiu, era um grito só. Era uma alegria! Uma alegria! Todo o povo sabendo o que queria: uma terra! Nós fizemo fogo... cortemo arame, primeiro lugar, a torquez pegou no arame, cortemo a cerca, entremo prá dentro... aquilo foi uma vitória, já era uma vitória. Todo o povo admirou como nós chegemo nessa terra". (Vera)

Vera participou ativamente da organização das famílias da região para o acampamento; e, no trabalho de reconstrução do passado a partir do presente, a chegada na Fazenda Annoni adquire traços heróicos, como um momento marcado pela alegria, pelo enfrentamento e pela coragem. Enfim, "uma vitória" sim-

bolizada pelo rompimento da cerca que definia os limites da propriedade privada.

As outras narrativas, no entanto, demonstram que, para a grande maioria, esse momento foi vivido sob o impacto da incerteza, da dúvida, do medo, da admiração, tão comuns ante acontecimentos nunca experimentados.

"Era de assustá. Eu com as crianças pequena... sempre de chinelo de dedo... eu achei que era limpo, tava uma noite quente... eu de chinelo de dedo... mas era um matagal dessa altura assim! Sujo, o maior perigo de cobra! Meu Jesus! Aí nós sentemo prá baixo do mato, numa beirada do mato... mas não tinha como fazê barraco naquela noite, porque era sujo demais! Nossa Senhora!". (Jussara)

Ao lado desse sentimento de insegurança, um elemento presente nas narrativas das agricultoras é a recordação, com certa surpresa, da coragem que tiveram em romper com a rotina da existência e partir para uma experiência que nada assegurava, onde tudo era incerto a imprevisível. Porque "queira ou não, nós tinha uma casinha, era pequena, mas servia. E, de repente, tu se dá com um capinzado daquele e uma lona" (Maria).

Em contrapartida, algumas das mulheres entrevistadas decidiram não participar do acampamento, ficando junto dos pais ou sogros até o momento em que as famílias se espalharam na Fazenda, formando o que foi chamado de "assentamento provisório".

"Eu fiquei lá fora e ele veio (para o acampamento). Fiquei lá morando sozinha, perto do sogro, cuidando de tudo sozinha. Eu tinha medo, Deus o livre! Ah, quantas noite eu passava sem dormi, por causa daquilo (do acampamento). Porque tu escutava as notícia, eles mostraram a polícia atacando eles (os acampados) e tudo. Daí eu me apavorava! Até depois fiquei doente. Os nervos, tive que fazê um longo tratamento e tudo. Eu pensei em desisti, mas o meu marido foi duro! Não quis". (Ondina)

Na reconstrução do "tempo do acampamento", observam-se muitas di-

ferenças entre os relatos femininos e os masculinos. Para os agricultores, as recordações são tecidas sob a perspectiva de sua dimensão política, valorizando de sobremaneira os enfrentamentos e as mobilizações coletivas. Para as mulheres, entretanto, o eixo articulador das lembranças é o cotidiano, enfatizando as dificuldades vividas no acampamento e as múltiplas estratégias de reorganização da vida familiar. Enquanto a narrativa masculina valoriza o espaço público, a feminina visibiliza as atividades femininas no espaço doméstico.

"Prá nós fazê a comida, era uma chapa... então era colocado uns tijolo assim, aquela chapa em cima. E nós fazia ali. Porque não foi trazido mínimas coisa. Depois, sim, a gente foi trazendo uma coisa mais, um fogão a gás... Mas no começo

Enquanto a narrativa masculina valoriza o espaço público, a feminina visibiliza as atividades femininas no espaço doméstico.

mesmo era uma chapa! E aí dava um fumaceiro que minha Nossa! (...) Muita fumaça! Deus o livre!". (Sônia)

A preocupação com os filhos e, principalmente, os problemas de saúde enfrentados no acampamento são constantes nos relatos femininos:

"Deus o livre o que nós passemo ali! O que deu de doença, Nossa Senhora! Dor de vista, sarampo, caxumba, era de tudo! Tinha dias que a gente fazia plano de desisti. Pensava em desisti. De tanto sofrido que era. Deu sarampo nas criança minha também. (...) As minhas criança... Tinha dias que... Nossa Senhora! As criança ficavam só deitada assim com a cabecinha embaixo do braço da gente. (...) E tinha dias que desacorsoava a gente. Graças a Deus que passou!". (Jussara)

Em muitos depoimentos, percebe-se que, à medida que a duração do acampamento se prolongava para além do inicialmente previsto, se colocava a necessi-

dade de conformar o acampamento enquanto espaço de sociabilidade, de tessitura de novas relações sociais, de (re)construção de relações de vizinhança estilhaçadas quando se decidiu acampar.

"E não tinha o que nós fazê. Tu tinha que se envolvê em alguma coisa prá podê o tempo passá... Na época de verão, tinha árvores perto do barraco, as mulheres da vizinhança se reuniam lá, uma fazia crochê, a outra tricô, a outra bordava... A gente se reunia e ficava conversando e fazendo alguma coisa". (Maria)

A circunscrição dos relatos às tarefas cotidianamente desempenhadas na família nos fez indagar a respeito da participação feminina na organização interna do acampamento - nas equipes de alimentação, higiene, saúde, educação - e nas diversas manifestações organizadas para pressionar o governo e sensibilizar à sociedade. A afirmação que as mulheres participavam bastante foi unânime; porém, a maioria das depoentes confessa que não fez parte de nenhuma equipe e nem comparecia às manifestações, justificando-se pelo fato de precisar cuidar das crianças ou devido à gravidez.

Mesmo na situação singular do acampamento e diante das insistentes reivindicações das lideranças para que participassem dos atos políticos, as mulheres predominantemente reproduziam os papéis socialmente consagrados à mulher no campesinato sulista: a organização da vida doméstica e a maternagem.

Entre as entrevistadas, contudo, três atuaram ativamente tanto na organização interna quanto nos enfrentamentos com a polícia, caminhadas e tentativas de ocupações de outras áreas. Para elas, o "tempo do acampamento" foi vivido como momento fecundo à produção e difusão de discursos capazes de conferir novos sentidos e significados à vida, discursos produtores de outras formas de pensar, de outros valores éticos e morais, de outras sensibilidades.

Bete participou ativamente da criação do "núcleo de saúde" do acampamento e valoriza muito o aprendizado derivado dessas novas formas de socialização: "... Ali tu foi convivendo, ali tu soube conviver. (...) Ali tu aprendeu como tem que vivê! Que nem aprendi ... o que eu nunca pensei na vida aprendi dentro da Organização". Entre tantas aprendizagens, foi fundamental a percepção e

conformação de novas concepções a respeito do "ser mulher" que possibilitam reavaliações da trajetória de vida:

"(...) Mas era aquela discriminação na cozinha que a mãe fez! A mãe não queria que os guri lavasse uma camisa deles! (...) Quando eu me casei, que fui morá com a minha sogra, eu tinha que fazê todo o meu serviço e o homem só chegava da roça e sentava. E eu tinha que fazê todo o meu serviço, lavá a minha roupa, limpá a minha casa e na hora que tinha que ir prá roça eu tinha que ir junto prá roça. Eu fazia isso. Fazia toda a lida de casa, meio dia, esfregava bem minha casa, a minha casa era pequenininha e o assalho branquinho, esfregava de escova e ficava branquinho... Depois nós ia carpi junto na roça. Chegava lá na roça e suspirava de cansada..."

No depoimento de Bete, percebe-se que o "tempo do acampamento" significou também a possibilidade de romper com a divisão de papéis apreendida e vivenciada até então. Ela conta como as mulheres se organizaram para exigir a participação masculina nas tarefas domésticas:

"Os meus irmão foram aprendê (a cozinhar, lavar roupa) depois que vieram pro acampamento. O meu marido foi fazê comida só depois que veio pro acampamento! Que daí as vez as mulher tinham que saí, duas ou três por grupo, e eles ficavam sozinho em casa. As primeiras vez deixava a coisa pronta prá eles, mas depois não".

Na reconstrução do vivido pelo olhar do presente, tais atitudes parecem ter sido tomadas de forma espontânea. Porém, quando indagada, Bete contou que mulheres de um assentamento geograficamente próximo ao 16 de Março as visitaram no acampamento e contaram suas experiências, aconselhando-as: "Elas diziam que nós tinha que dividi as tarefa. Nós não sabia o que era dividi as tarefa. Nós achava que era entre nós, as mulheres. Em vez, não! É com a família! A gente aprendeu no acampamento, porque isso nós não aprendemo nunca lá fora".

Miriam também militou ativamente nas organizações coletivas internas ao acampamento. Sua trajetória é singular: professora, apenas após o término do

ano letivo foi para o acampamento, para não mais sair:

"Chegando no acampamento a gente percebeu a preocupação dos pais quanto à questão dos filhos no próximo ano, já que a perspectiva de conquistá a terra já não era tão fácil e tão rápida. Aí eu comecei a me enganjar na luta, na organização dentro do acampamento e começamo a discuti o que a gente faria com as crianças no ano de 86. E começou a surgir a idéia de ter a escola".

Surgiu, assim, aquela que seria considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a primeira "escola de acampamento de sem-terra" no Brasil, tendo como característica o exercício da docência por caracteradas sob um barraco de lona. No entanto, tal iniciativa, que constitui hoje um dos fundamentos da história do MST, encontrou restrições das lideranças do Acampamento:

"Quando a gente começou a lutá por escola teve uma certa resistência pelas lideranças. Porque a gente percebia que, na época, no início, a terra, a luta pela terra era uma coisa bastante forte e se entrasse uma outra, um outro sentido de luta (pela educação), parecia que isto ia desviá a atenção! (Miriam)".

Miriam atuou na negociação com a Secretaria Estadual de Educação para que a "escola de lona" fosse oficialmente reconhecida, o que ocorreu ainda em 1986. No ano seguinte, participou da formação do "Setor de Educação do MST", que assumiria a responsabilidade de formular e difundir uma concepção pedagógica do Movimento para as escolas de acampamentos e assentamentos em todo o país, centrada no pressuposto de uma educação voltada à realidade vivida pelos "sem terra". Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a prefeitura de Pontão, ela passou a ocupar o cargo de Secretária de Educação.

Para além das trajetórias individuais, os depoimentos traçam trajetórias coletivas: Miriam, Bete e Vera reinventaram suas vidas após a experiência do acampamento; Maria, Sônia e Jussara vivenciaram este momento como uma continuidade da sua trajetória de gênero; Ondina se recusou a participar da ocupação da Fazenda Annoni. Como essas e outras mulheres (re)organizaram a própria vida e de suas famílias no Assentamento 16 de Março?

A vida das mulheres no Assentamento: destino de gênero e intervenção do MST

No Assentamento 16 de Março, o poder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de dar contornos à vida social, econômica e política é bastante perceptível e demonstrado pela constante presença de imagens e símbolos que vinculam aquele espaço à Organização, pelas práticas de organização produtivas adotadas, pela capacidade de influência no cotidiano da Escola 29 de Outubro, pela ativa inserção de boa parte dos assentados na vida político-partidária do município de Pontão, pela presença de inúmeras organizações sociais estimuladas pelo Movimento e pela rotineira presença dos agricultores nas mobilizações políticas patrocinadas pelo Movimento.

A priorização dos assentamentos como uma base social a ser permanentemente mobilizada para a luta social pelo MST, a partir da segunda metade da década de 1990, teria nas mulheres um dos alvos discursivos preferenciais. "Temos claro que o engajamento político e econômico da mulher é o sustentáculo do processo orgânico e massivo do Movimento Sem Terra, processo que irá garantir num futuro próximo a transformação de toda a sociedade." (MST, 1998: 50).

Observamos, no 16 de Março, um trabalho sistemático e disciplinar voltado à inserção da mulher nas diferentes instâncias organizativas do Movimento e do Assentamento. Por exemplo, há uma expressa deliberação do MST para que todas as "coordenações de núcleos de base" sejam exercidas, obrigatoriamente, por um homem e por uma mulher. Pelo que pudemos analisar durante o período de investigação de campo, geralmente, a existência de uma coordenadora é meramente formal, o que revela que a prática é muito mais derivada de uma orientação externa do que a ratificação de formas de pensar e comportamentos sociais já incorporados e subjetivados pelos próprios assentados.

Segundo os dirigentes do MST na região, os objetivos de tal estratégia não residem tão somente na tentativa de massificar os quadros militantes da Organização, mas pretendem fazer com que as mulheres atuem decisivamente na definição do planejamento do processo produtivo. Entendem que

a mulher pode se tornar uma importante aliada na implementação das propostas de redefinição da pauta de cultivos e das formas de produção tradicionalmente adotadas pelos assentados, auxiliando na adoção de práticas de diversificação produtiva e estimulando o plantio de culturas de subsistência mais ligadas às demandas prioritárias do grupo familiar, particularmente da alimentação.

Nessa perspectiva, a COANOL (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda.) - fundada em 1990, pelo MST, para atender os assentamentos da região - passou a exigir que as mulheres assentadas participassem das reuniões da Cooperativa devotadas à discussão da "questão da produção" nos assentamentos e à formulação dos "projetos técnicos" necessários aos pedidos de financiamento.

Todavia, aos mecanismos constrangedores à participação se opõem práticas de resistência das mulheres, que defendem as prioridades da esfera doméstica em relação à pública.

"Numa reunião na Coanol disseram que se o homem fosse participá e chegasse sem a mulher não entrava, que só o casal podia participá. Mas isso não tem condições! Do nosso grupo não foi nenhuma mulher. Porque nenhuma tinha condições de largá a casa e ir. Porque de manhã tem a vaca, tem o bicharedo de cuidá, tem a criança que vai na aula... daí não tem como tu ir!" (Maria)

Educadas na tradição da diferenciação sexual dos espaços e papéis sociais, a maioria das assentadas, em que pese o relativo envolvimento com a luta social em suas trajetórias individuais e coletivas, entendem que as questões da política e da produção ainda são temas prioritariamente masculinos e na sua argumentação para a não participação reforçam as temáticas e encargos tradicionais da mulher. Demonstrem, com isso, que acabaram por naturalizar as relações de dominação simbólica (BOURDIEU, 1999) a que foram submetidas ao longo da construção de sua identidade de gênero.

Aquelas poucas que se dedicam intensamente à prática política, muitas vezes, têm a imagem delineada com matices da depreciação e estigmatização

A maioria das assentadas entendem que as questões da política e da produção ainda são temas prioritariamente masculinos e na sua argumentação para a não participação reforçam as temáticas e encargos tradicionais da mulher.

simbólica: "Tem umas que... Deus o livre! Se é prá ir corrê na estrada, elas correm! Tem, sim, mas é poucas. A maioria não querem nem sabê. Tem uma que outra que quer tá sempre na estrada. Sei lá! Acho que é fanatismo" (Oneide).

A idealização produzida e difundida pelo MST a respeito da construção de "novas relações de gênero" (MST, 1998) encontra no habitus tradicional do campesinato meridional a maior resistência: a conquista da terra, para a maior parte dos assentados e assentadas, significa a reorganização do cotidiano a partir dos valores que conformam o habitus do colono, (re)produzindo práticas culturais que circunscrevem às mulheres o destino histórica e socialmente construído para o gênero feminino.

Autores

- 1 Professora do CEPAE (Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Educação/UFG). Doutora em História. E-mail: andreadelgado@uol.com.br
- 2 Professor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos/UFG. Doutor em Ciências Sociais. E-mail: caume@uol.com.br

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CAUME, David J. *A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas-SP, UNICAMP/IFCH, 2002.
- CAUME, David J. *Memórias da luta e lutas pela memória*. História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 6, junho, p. 133-158, 2003.
- PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História, nº 18, São Paulo, p. 9-18.